

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO XXXX JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-UF**

Autos n.º

FULANO DE TAL, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

nos termos que passa a expor.

O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor do réu, imputando-lhe a prática do crime descrito no artigo 129, §9º do Código Penal (fl. 02/03).

Segundo a denúncia, no dia 13/9/2014, sábado, entre 18h30 e 19h, na ENDEREÇO, o réu, com a intenção de lesionar, teria ofendido a integridade corporal da vítima **FULANO DE TAL**, sua então mulher, causando-lhe as lesões descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito, sempre prevalecendo-se de relações íntimas de afeto, com violência contra a mulher, na forma da lei.

A denúncia foi recebida em XXXX (fl. 34). O réu foi citado (fl. 52) e apresentou resposta à acusação à fl. 55.

Na audiência de instrução e julgamento foram ouvidos **FULANO DE TAL** (fl. 78) e **FULANO DE TAL** (fl.79).

Durante seu interrogatório, o réu confessou a prática do delito aqui tratado (fl. 141).

Ao final, o Ministério Público requereu a procedência da pretensão punitiva porque, em síntese, a vítima, a testemunha e o réu teriam confirmado os fatos narrados na denúncia (fls. 144/145).

É o resumo do necessário.

Merece singular atenção a confissão do réu, demonstrado dignidade ao assumir seus atos, consciência de suma importância à sua recuperação.

A confissão a todos beneficia, muito auxilia na pesquisa do fato investigado e de todas as suas circunstâncias, aliviando a sobrecarga dos órgãos incumbidos de tal mister; serve como fundamento da decisão judicial condenatória, dando ao julgador certeza moral e reduzindo eventual erro judiciário; e para a vítima, diante da assunção de culpa pelo acusado, lhe traz certa pacificação.

Assim, pode-se verificar tamanha relevância da confissão à justiça, mas tal fato não vem sendo reconhecido nem pelo Judiciário nem pela lei, que desproporcionalmente beneficia mais o “traidor”, pelo instituto da delação premiada, de base ética amplamente reprovada pela doutrina, do que aquele que delata a si próprio, merecendo este apenas uma atenuante genérica, que se traduz em poucos meses, quando não, em dias. Nesse sentido:

“A nosso ver, a confissão deveria ser melhor tratada pelo legislador mesmo porque, da maneira como se encontra disciplinada (uma mera circunstância atenuante que, na opinião da jurisprudência majoritária, não permite a redução da pena abaixo do mínimo) traz, na prática, nenhum ou quase nenhum benefício ao acusado. Acreditamos que seria salutar para o próprio sistema que a confissão fosse tratada, em eventual e futura reformulação legislativa, como uma causa geral de diminuição de pena, reduzindo-a, por exemplo, de um sexto a um terço.” (Celso Delmanto [et al]. Código penal comentado. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 216).

Logo, diante da máxima onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de direito, merece o mesmo prêmio do delator, certamente até mais, aquele que responsabiliza a si próprio pela autoria dos fatos apurados, devendo eventual pena a ser imposta ao acusado sofrer a minoração de 2/3, em analogia aos dispositivos previstos no art. 41 da Lei n.º 11.343/06, art. 6º da Lei n.º 9.034/95, art. 8º, parágrafo único, da Lei n.º 8.072/90, art. 16, § único, da Lei 8.137/90, art. 25, § 2º, da Lei n.º 7.492/86 e § 4º, art. 159, do CP.

É inegável a similitude das hipóteses, não sendo razoável que a delação seja premiada só em casos determinados e muito mais graves:

“Vale lembrar que essa ‘delação premiada’ é também uma confissão e, do ponto de vista psicológico, considerando a percepção ordinária dos juízes, será tratada dessa maneira. É possível, portanto, traçar um paralelo entre a delação premiada e a confissão e recordar a remissão de Hélió de Bastos Tornaghi, sobre a confissão, no sentido de que ‘é sumamente tranquilizador... ouvir dos lábios do réu (delator) uma narrativa convincente do fato criminoso, com a declaração de havê-lo praticado’. Acrescenta o processualista que ‘isso, aliás, acontece a qualquer homem normal’ (PRADO, Geraldo. Da delação premiada: aspectos de direito processual. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.13, n.159, p. 10-12, fev. 2006).

Desse modo, a melhor jurisprudência já vem reparando tamanho despropósito, em sua relevante função de readequação normativa, direcionando no mesmo caminho justiça, direito e realidade:

ASSALTO. **Atenuante da confissão pode baixar a pena aquém do mínimo abstratizado: aplicação analógica do benefício concedido ao delator.** Declaração de voto. Apelo parcialmente provido. Extinção da punibilidade pela prescrição. (Apelação Crime Nº 70000741223, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Alçada do RS, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 21/08/1996 – grifo nosso).

Nesse diapasão, possível a diminuição da pena em 2/3, em razão da confissão.

Diante do exposto, requer a Defesa a redução da pena de FULANO DE TAL em 2/3 em razão da confissão.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público